

## Comissão quer levar a corte internacional os crimes ambientais

A Comissão de Relações Exteriores aprovou documento que conclama o presidente Lula a propor à Organização das Nações Unidas uma mudança no estatuto do Tribunal Penal Internacional, em Haia, para que a corte receba processos de crimes

contra o meio ambiente. Para o autor da sugestão, Fernando Collor, esses crimes se equiparam aos genocídios. Também a pedido de Collor, a CRE adiou a votação da indicação de Flavio Rocha Júnior como embaixador na Mauritânia. **3**



José Cruz

O Congresso Nacional não conseguiu, na sessão de ontem, votar créditos adicionais ao Orçamento. A oposição

obstruiu os trabalhos e acusou o governo de descumprir compromisso de garantir o repasse das emendas individuais. **4**

## Senado votou 208 matérias no mês de novembro

Entre as propostas aprovadas pelos senadores no mês passado, estão as novas regras para progressão de pena, a política sobre mudanças climáticas e o cadastro de crianças desaparecidas

O Senado aprovou no mês de novembro projetos que beneficiam o consumidor e o cidadão, como a fixação de prazo para devolução de valores cobrados indevidamente e a inclusão do cronograma das nome-

ações no edital de concursos públicos. Foram acolhidas ainda propostas de interesse social, como maior rigor com o desvio de dinheiro da merenda escolar e cadastro que facilitará localização de crianças desaparecidas. **5**

## Brasileiros temem efeitos das mudanças climáticas, revela pesquisa da Sepop

Levantamento da Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública (Sepop) do Senado mostra que 79% dos brasileiros estão muito

preocupados com o aquecimento global. Metade dos entrevistados acha que o Brasil contribui muito para o aquecimento. **2**



Azeredo (E), presidente da CRE, conversa com o diplomata Flavio Rocha Júnior

## Garibaldi Alves aponta entraves a obras do PAC

Entraves burocráticos, conflitos entre órgãos governamentais, ineficiência das empresas públicas envolvidas nos projetos e clima de instabilidade regulatória são alguns dos obstáculos que impedem um melhor andamento das obras do PAC. A análise foi feita ontem em Plenário por Garibaldi Alves. **8**

## Simon e Cristovam cobram medidas contra crise no DF

Cristovam Buarque recomendou ontem ao governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, que se afaste do cargo diante das denúncias que ameaçam paralisar sua administração. Pedro Simon disse que a sociedade precisa acordar e cobrar explicações dos políticos, que "contam com a impunidade". **5**



Marcos Mazoni, Serys, Fátima Cleide e brigadeiro do ar Gonçalves (D)

## Sessão especial comemora 45 anos do Serpro e seu papel na inclusão digital

O avanço no processo de inclusão digital, principalmente pelo desenvolvimento de software livre, foi uma das maiores conquistas do Serviço Fe-

deral de Processamento de Dados ao longo de seus 45 anos de existência, destacaram os senadores em sessão especial realizada ontem. **6**



José Cruz

Especialistas que participaram ontem de audiência pública no Senado concluíram que o apagão ocorrido em 10 de

novembro resultou da associação de descargas elétricas com chuvas intensas que atingiram a usina de Itaipu. **8**

Sondagem realizada pela Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado mostra que 99% dos entrevistados têm consciência de que o clima no mundo está mudando

# Aquecimento preocupa os brasileiros, revela pesquisa

O BRASILEIRO ESTÁ consciente do processo de mudanças climáticas que atinge o planeta. É o que aponta pesquisa nacional realizada pela Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado Federal que ouviu os cidadãos sobre o aquecimento global. Para 99% dos entrevistados, o clima no mundo está mudando e a temperatura está se tornando mais quente. Além disso, 79% se disseram muito preocupados com o assunto. Já 90% dos moradores da região Norte afirmaram acreditar que, em um futuro próximo, irão sofrer consequências negativas com o aquecimento do planeta.

Para 68,9% dos entrevistados, o aquecimento global é resultado da interferência do homem no meio ambiente. No entanto, 64% dos brasileiros mostraram desconhecer o peso que as queimadas e o uso irregular do solo têm na emissão de gases de efeito estufa pelo Brasil.

Quando indagados sobre a responsabilidade pelo aquecimento global, 56% das pessoas disseram que a culpa é de um grupo de países. Porém, 44% delas afirmaram que todos os países devem ser responsabilizados pelo problema.

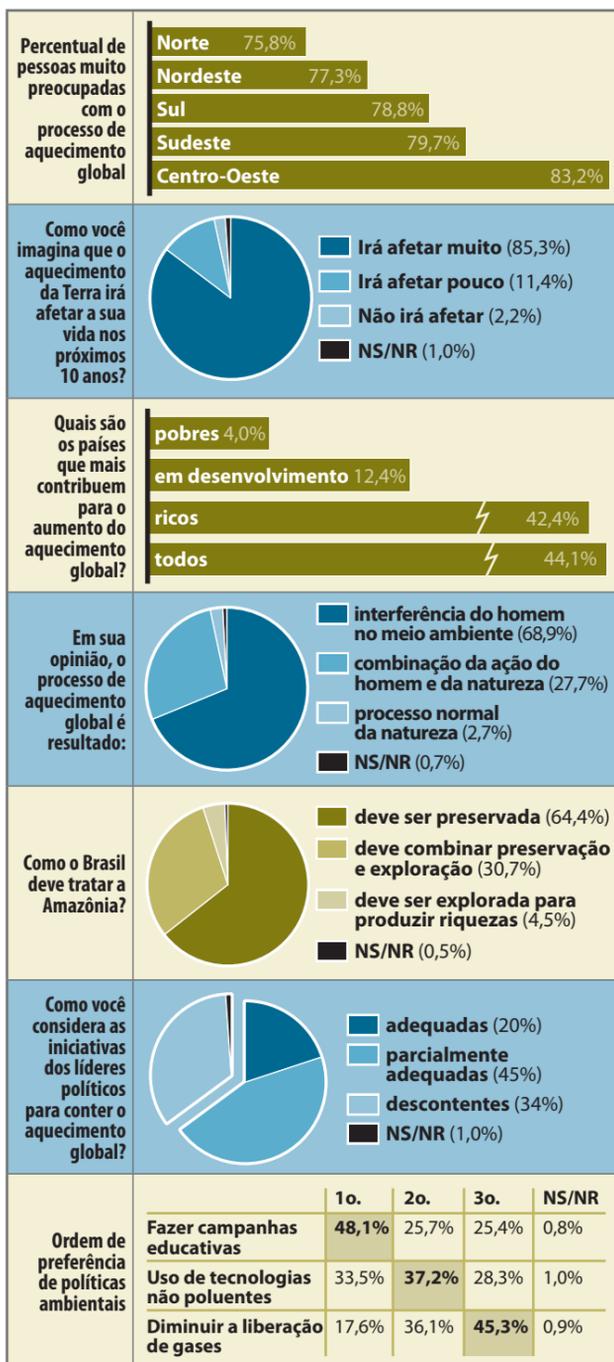
Quanto ao papel do Brasil, 50% responderam que o país contribui muito para o aquecimento. Já 48% acreditam que o Brasil colabora pouco para as mudanças climáticas.

A pesquisa realizou 1.551 entrevistas com pessoas maiores de 16 anos entre os dias 18 de novembro e 1º de dezembro.

Feita por telefone em 81 municípios representativos de todas as regiões do país, a pesquisa tem margem de erro de 3% para mais ou para menos.

## O brasileiro e as mudanças climáticas

O DataSenado realizou pesquisa de opinião pública de abrangência nacional para ouvir o cidadão brasileiro a respeito do aquecimento global



Fonte: Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado Federal

## “Brasil deverá ser protagonista em Copenhague”

Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que o Brasil está decidido a assumir um papel de protagonista nas negociações internacionais voltadas à preservação do planeta. Isso ocorre embora se saiba das dificuldades para se chegar a um acordo formal e até mesmo a um razoável consenso entre as delegações que participarão da 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), de 7 a 18 de dezembro, em Copenhague, na Dinamarca.

Entre outros trunfos, avaliou a senadora, a delegação brasileira chegará a Copenhague com os compromissos voluntários de cortar as emissões dos gases de efeito estufa entre 36,1% e 38,9%, até 2020, e de reduzir em 80%, até aquela data, o ritmo de desmatamento da Floresta Amazônica.

Esses compromissos, segundo



Lúcia Vânia: delegação brasileira leva trunfos para conferência

ela, credenciam o Brasil como um interlocutor destacado, o que ocorre em um momento de grande expectativa, especialmente em relação às propostas dos Estados Unidos e da China em reduzir as emissões dos gases do efeito estufa.

Lúcia Vânia disse ainda que o Parlamento brasileiro tem tido ativa participação na deliberação de matérias legislativas e ações ligadas à questão ambien-

tal, ao destacar a aprovação, em 25 de novembro, do projeto de lei que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. Essa proposta, destinada a apoiar projetos e a financiar empreendimentos voltados à mitigação das alterações do clima, já foi acolhida pela Câmara e irá à sanção presidencial.

A parlamentar citou a aprovação, também no último dia 25, do projeto que cria a Política Nacional de Mudanças do Clima, o qual incorpora o compromisso do governo brasileiro de reduzir as emissões de gases do efeito estufa, a ser apresentado em Copenhague. Por ter sofrido alterações, a matéria seguiu à Câmara.

No que se refere ao clima, Lúcia Vânia lembrou que o Brasil tem se pautado pelas prioridades do desenvolvimento sustentável e pela redução dos desequilíbrios globais.

## Serys pede uma sociedade mais justa para as mulheres

A recente sanção de projetos em homenagem a Anna Justina Ferreira Nery, considerada pioneira e matriarca da enfermagem brasileira, e aos peritos criminais do país foi comemorada por Serys Shessarenko (PT-MT). A parlamentar conclamou todos os brasileiros a ajudarem na construção de uma sociedade mais justa para as mulheres.

A senadora registrou que o *Diário Oficial da União* de quinta-feira publicou a lei proveniente de projeto de sua autoria que inscreve o nome de Anna Nery no Livro dos Heróis da Pátria. Entretanto, disse, o processo de conquista de espaços na sociedade pelas mulheres ainda é muito lento. Por exemplo, a representação feminina no Congresso não passa de 10% das cadeiras.

– A política, neste país, sempre foi para macho, para branco e para rico. As coisas estão mudando, mas muito devagar. Nós somos 52% da população e precisamos ter mais mulheres no poder – continuou.

Ela também ressaltou a necessidade de a Lei Maria da Penha ser cada vez mais aplicada no Brasil, pois a violência contra as mulheres ainda é alta, principalmente a violência doméstica.



Jonas Pereira

Serys comemora o Dia Nacional do Perito Criminal, celebrado hoje

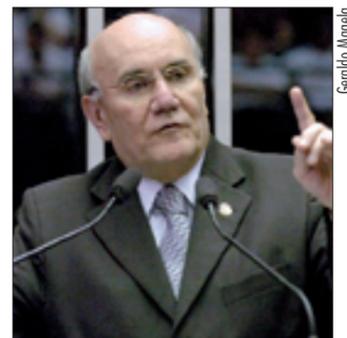
– Se nós queremos construir a sociedade do bem, justa, igualitária, precisamos que todos os nossos filhos nos ajudem. Homens fraternos, homens generosos e solidários, nos ajudem na construção da sociedade de direitos absolutamente iguais – conclamou.

Serys também lembrou que hoje é comemorado o Dia Nacional do Perito Criminal, data instituída por projeto de sua autoria. A senadora explicou que a escolha de 4 de dezembro foi em homenagem ao dia do nascimento, em 1945, do patrono da profissão, Otacílio de Souza Filho. A homenagem e a data comemorativa foram ratificadas pela Associação Brasileira de Criminalística, acrescentou.

## Flexa Ribeiro denuncia estado de calamidade na saúde no Pará

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse ontem que o setor da saúde no estado do Pará está em estado de calamidade pública. Ele citou relato feito pela jornalista Fransinete Florenzano, em seu *blog*, sobre as condições do Hospital Ophir Loyola, em Belém, especializada em oncologia. Segundo a jornalista, pacientes estão deitados em macas nos corredores e no chão, e o hospital destinado a crianças com câncer ainda não saiu do papel, apesar de o governo estadual já dispor dos recursos e a obra ter sido iniciada há cinco anos.

O parlamentar explicou que o governador anterior, Simão Jatene, fez um empréstimo no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para construir cinco hospitais regionais e acabou construindo sete. Segundo o senador, a atual governadora, Ana Júlia Carepa, ainda não colocou esses hospitais para funcionar em sua totalidade. Seria o caso



Gerardo Maggela

Flexa Ribeiro: hospitais construídos no governo anterior não funcionam

do hospital de Tailândia, que está pronto, equipado e não funciona. De acordo com Flexa Ribeiro, os hospitais que estavam funcionando tiveram redução no repasse de recursos.

O senador encaminhou requerimento de informações ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, sobre os financiamentos do BNDES, a partir de 2007, destinados ao governo do Pará e às suas empresas.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário tem sessão não deliberativa

A sessão plenária, às 9h, é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores. Entre os inscritos, estão Eduardo Suplicy (PT-SP), Aloizio Mercadante (PT-SP) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Comissão de Relações Exteriores pede que presidente Lula proponha inserção dessa competência no estatuto do Tribunal Penal Internacional

## Corte internacional pode julgar crimes ambientais

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou requerimento para que os responsáveis por crimes contra o meio ambiente sejam julgados pela Corte Penal Internacional, em Haia, na Holanda. Os integrantes da CRE aprovaram, nesse requerimento, um voto que conclama o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do Ministério das Relações Exteriores, a encaminhar à Organização das Nações Unidas (ONU) e a outros fóruns internacionais proposta de emenda ao Estatuto de Roma formalizando o pleito.

Esse estatuto, de 1998, criou a Corte Penal Internacional e entrou em vigor em 1º de julho de 2002. Seu objetivo é impedir a impunidade de quem comete crimes contra a paz, a segurança e o bem-estar mundiais. Pelo estatuto, a Corte Penal Internacional está apta a julgar crimes contra a Humanidade, como os

de guerra e de genocídio.

Como exemplo de crimes contra a Humanidade julgados em Haia, está o amplo e sistemático ataque contra qualquer população civil, seja por extermínio ou pela transferência forçada de população. Fernando Collor (PTB-AL), autor do requerimento, encontra uma "inegável analogia" dos crimes julgados pela corte internacional com o tratamento degradante dado ao meio ambiente, o que, avalia, torna-se também agressão ao ser humano.

A justificativa para o Brasil apresentar a emenda, segundo o senador, é de que "a mudança climática, ao provocar violentas alterações ambientais, como secas e chuvas torrenciais frequentes, leva ao deslocamento forçado de populações inteiras." Ele analisa que as mudanças do clima em função do aquecimento global prejudicam, sobretudo, as populações mais carentes,

com a diminuição de colheitas, a fome, a escassez de água e a desertificação.

O parlamentar acrescenta que, nas convenções de guerra encampadas pelo Estatuto de Roma, já estão previstas condenações pela emissão de gases tóxicos, lançamento de gases poluentes na atmosfera, água e solo, por equívalem ao uso de venenos e armas químicas.

### COP-15

Fernando Collor considera que a aproximação da Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), com início no dia 7 deste mês, torna o momento oportuno para o Brasil, como Estado membro do Estatuto de Roma, propor emendas para a inclusão dos crimes ambientais no âmbito daquela corte.

– Não podemos deixar que os autores de crimes contra a natureza e, portanto, contra a

### Graves ofensas contra a Humanidade

O Tribunal Penal Internacional ou Corte Penal Internacional é a primeira instituição permanente do gênero



O tribunal foi criado a fim de ajudar a acabar com a impunidade para os praticantes dos mais graves crimes cometidos contra a comunidade internacional. Ele é composto por 18 juízes eleitos para mandatos de 9 anos. A brasileira Sylvia Steiner faz parte da corte desde 2003.

Fonte: www.icc-cpi.int

Humanidade – que equiparo aos genocidas e aos criminosos de guerra – fiquem impunes, por mais politicamente poderosos que, hoje, sejam – sugeriu.

De acordo com o artigo 121 do estatuto, após sete anos de sua entrada em vigor (2002), qualquer estado membro poderá propor emendas, lembrou

Collor. Ele recordou ainda que Uganda sediará, em 2010, a conferência de revisão do texto internacional. O parlamentar informa no requerimento que, embora esteja relacionada à ONU, a Corte Penal Internacional é um órgão independente, dotado de personalidade jurídica internacional própria.



Senadores Simon (E), Casagrande, Heráclito, Collor, Tuma, Cavalcanti e João Tenório na CRE: proposta por ocasião da COP-15

### Aprovada universidade de integração latino-americana

O projeto de lei que cria a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) recebeu ontem parecer favorável da CRE. Para ter a aprovação confirmada, a matéria ainda precisa passar pelo Plenário do Senado.

A proposta, apresentada pelo Executivo, determina que a sede da Unila será a cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná, que faz fronteira com Argentina e Paraguai. Além disso, estabelece que a universidade estará vinculada ao Ministério da Educação.

De acordo com justificativa apresentada pelo governo federal, os cursos a serem ministrados na Unila serão relacionados preferencialmente a áreas de interesse mútuo dos países membros do Mercosul, "com ênfase em temas que envolvam exploração de recursos naturais e biodiversidades transfronteiriças, estudos sociais e linguísticos regionais, relações internacionais e demais áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento regional".

A universidade terá como meta abrigar 10 mil estudantes de graduação, mestrado e doutorado, com um corpo docente de 250 profissionais. Conforme a proposta do governo, a seleção de alunos e professores será aberta a candidatos de toda a América Latina, com provas em português e espanhol.

Ao defender a aprovação da proposta, o relator da matéria, José Agripino (DEM-RN), ressaltou a importância da iniciativa para o processo de integração da região.

O texto examinado pela CRE, que agora será encaminhado ao Plenário, não recebeu emendas e é o mesmo aprovado pela Câmara dos Deputados. O projeto tramita no Senado como PLC 186/09.

### Acordos com a Alemanha têm pareceres favoráveis

A Comissão de Relações Exteriores apresentou ontem pareceres favoráveis a quatro projetos de decreto legislativo que envolvem acordos entre Brasil e Alemanha. Um deles é o PDS 865/09, sobre financiamentos a serem concedidos pelo governo alemão para a construção de pequenas centrais hidrelétricas no Brasil.

O relator da matéria, Marco Maciel (DEM-PE), destacou que o projeto trata, na verdade, de um "ajuste complementar" ao acordo de cooperação financeira firmado entre os dois países em 1991.

Maciel explicou que esse ajuste refere-se especificamente ao Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas/Eletróbás, que antes se chamava Energias Renováveis no Norte e Nordeste do Brasil, e tem o objetivo de reprogramar tanto empréstimos como doações no valor total de 37,23 milhões de euros.

Os outros três projetos se referem a acordos celebrados no ano passado. O PDS 496/09 permite que os dependentes de membros de missão diplomática ou consular do Brasil exerçam atividades remuneradas na Alemanha, com reciprocidade para os alemães nessa condição no Brasil. O relator da matéria foi Aloizio Mercadante (PT-SP).

Já o PDS 870/09 trata do acordo entre os dois países para parceria e cooperação em matéria de segurança pública. O relator foi Roberto Cavalcanti (PRB-PB). E o PDS 875/09 se refere à cooperação entre alemães e brasileiros no setor de energia, com foco em energias renováveis e na eficiência energética. A relatoria coube a João Pedro (PT-AM).

As matérias ainda terão que ser votadas no Plenário do Senado.

### Adiada análise de indicação de embaixador na Maurîtânia

Um pedido de vista proposto pelo senador Fernando Collor (PTB-AL) levou a CRE a adiar para a próxima semana a indicação presidencial do nome do diplomata Flavio Hugo Lima Rocha Júnior para o cargo de embaixador do Brasil junto à Maurîtânia.

Fernando Collor não quis adiantar os motivos do pedido de vista regimental de cinco dias úteis. Mas explicou que não era nada de pessoal com relação ao nome do diplomata e nem contra o parecer do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), favorável à aprovação da indicação.

Pedro Simon (PMDB-RS) disse imaginar que o pedido de adiamento proposto por Collor era em virtude da decisão do governo brasileiro de abrir novas embaixadas no continente africano, gerando novas despesas. Simon enalteceu a figura do diplomata, que já exerceu o cargo de ministro-consultor da embaixada brasileira em Paris.

O Brasil e a República Islâmica da Maurîtânia – localizada na África Ocidental, com área de cerca de 1 milhão de quilômetros quadrados – pouco maior do que o estado

de Mato Grosso – estabeleceram relações diplomáticas em 1961.

Atualmente, o Brasil é representado junto ao governo de Nouakchott, capital da Maurîtânia, pela embaixada brasileira em Dakar, no Senegal.

### Honduras

Na mesma reunião, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu ao governo brasileiro que reconheça o novo governo de Honduras, eleito semana passada, "em eleições limpas, em clima de total liberdade e sem qualquer coerção".

Para o parlamentar, seria uma "saída honrosa" o Brasil reconhecer o governo do presidente eleito Porfirio Lobo, colocando, conforme observou, um ponto final no episódio envolvendo o ex-presidente Manuel Zelaya, que continua abrigado na embaixada brasileira em Tegucigalpa.

O governo brasileiro tem reiterado que não irá reconhecer o resultado das eleições hondurenhas em apoio a Zelaya, retirado há mais de dois meses do governo por um golpe militar.



Flavio Rocha Júnior (E), indicado para cargo de embaixador, e Azeredo na CRE

## Suplicy presta contas do seu mandato amanhã

Eduardo Suplicy (PT-SP) convidou os eleitores a participarem de um encontro com ele amanhã, a partir das 10h30, na sede do SindiSaúde, em São Paulo. O objetivo, segundo Suplicy, é prestar contas do seu mandato e ouvir avaliações, críticas e sugestões das pessoas que votaram nele em 2006.

O senador informou que pretende discutir também temas relevantes para o partido, como a atual conjuntura política do país e as campanhas eleitorais para o Senado, a Câmara dos Deputados, a assembleia legislativa, o governo do estado de São Paulo e a Presidência da República, além da possibilidade de coligação com o deputado Ciro Gomes (PSB-CE).

No encontro, conforme Suplicy, os filiados ao Partido dos Trabalhadores poderão também assinar a indicação de seu nome como um dos pré-candidatos ao governo do estado de São Paulo.

Suplicy registrou ainda o transcurso do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, comemorado em 3 de dezembro. Ele assinalou que a data foi instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), que a cada ano define um tema de trabalho. Para 2009, o tema escolhido foi "Milênio inclusivo".

– Este dia 3 de dezembro é uma data fundamental para a luta pela cidadania plena e pelo reconhecimento das diferenças, bem como para a divulgação das vitórias que essas pessoas alcançaram em sua trajetória – afirmou o parlamentar.

## Mesquita Júnior aponta perseguição a jornalista no Acre

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) manifestou, em Plenário, indignação com a perseguição política que estaria sofrendo o jornalista acreano Antônio Ferreira Raimundo Muniz, que resultou na sua prisão. Muniz tem um programa de entrevistas na televisão e é articulista do jornal *O Rio Branco* na capital do Acre, informou o senador.

De acordo com o parlamentar, o jornalista foi processado com base na Lei de Imprensa, a qual, assinalou, foi abolida por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Mesquita Júnior prestou solidariedade ao jornalista, destacando a sua coragem, assim como a de outros jornalistas do Acre "que não se curvam aos ditames dos soberanos". Disse que, embora os jornalistas do Acre, "em sua maioria", se submetam à vontade dos governantes, alguns resistem, como é o caso de Muniz.

– Por sorte, na imprensa do meu estado, há jornalistas que resistem. Em plena era dos *blogs*, dos *sites* informativos, não há como controlar a imprensa – enfatizou Mesquita Júnior, informando que um advogado já solicitou o relaxamento da prisão de Muniz.

"É uma demanda dos municípios, e eu acho uma coisa justa. É uma forma de os parlamentares poderem ajudar suas bases", afirma Valdir Raupp em defesa de emendas



Ao lado do deputado Inocêncio Oliveira, Marco Maia preside a sessão do Congresso Nacional, que terminou sem acordo

## Votação de créditos extras ao Orçamento é adiada

CONVOCADA PARA PERMITIR o exame de créditos adicionais ao Orçamento vigente em favor de ministérios e empresas federais, a sessão do Congresso Nacional prevista para a manhã de ontem foi encerrada sem qualquer votação. A oposição obstruiu os trabalhos por estar insatisfeita com o governo, que teria descumprido compromisso de garantir o repasse de emendas individuais e de liberar R\$ 1,3 bilhão de saldo das compensações da Lei Kandir para os estados exportadores. O governo nega o descumprimento do acordo.

Sem maioria em Plenário, os líderes governistas dependiam do apoio da oposição para votar os projetos com pedidos de crédito. Ao fim da reunião, Valdir Raupp (PMDB-RO) confirmou que o principal "gargalo" é mesmo a demora nos empenhos das emendas individuais dos parlamentares, principalmente da oposição. O empenho é o primeiro dos atos do processo para liberação dos recursos, significando que o dinheiro está reservado para a despesa.

Conforme Raupp, o compromisso era de que até 30% dos valores seriam empenhados no início desta semana, o que não ocorreu. Outros 20% deveriam ser empenhados até a próxima terça-feira. O teto de

compromisso para liberação dos recursos seria, portanto, de 50% do valor global das emendas. Mesmo assim, observou Raupp, os parlamentares já ficariam satisfeitos.

– É uma demanda dos municípios e eu acho uma coisa justa. É uma forma de os parlamentares poderem ajudar suas bases – comentou.

### Argumentos

Em Plenário, antes, o coordenador da base governista na Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Gilmar Machado (PT-MG), havia negado o descumprimento do acordo.

– Não queremos fazer uma sessão de enfrentamento e desejamos votar os créditos e o projeto do Orçamento ainda este ano. O governo continuará apostando no entendimento.

Sem sucesso, Gilmar Machado ainda tentou convencer os líderes da oposição a aprovar ao menos o PLN 95/09, com o qual o governo federal pretende ampliar em R\$ 1,66 bilhão as despesas de cinco ministérios: do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; das Cidades; do Esporte; e do Turismo. Os recursos são originários do superávit financeiro do ano passado.

## Augusto garante recursos para ciclovia em Boa Vista

Já foi incluída na programação do Ministério das Cidades a liberação de R\$ 1 milhão para iniciar a implantação de 29 quilômetros de ciclovias em Boa Vista. O dinheiro, que deverá ser repassado à prefeitura no próximo ano, faz parte das emendas individuais do senador Augusto Botelho (PT-RR). Na semana passada, ele apresentou mais uma emenda ao Orçamento, no valor de R\$ 20 milhões, para dar continuidade ao projeto de construção de ciclovias na capital de Roraima.

– A bicicleta é um dos meios de transporte mais usados em

minha cidade, principalmente pelas pessoas de baixa renda. Como Boa Vista é uma cidade plana, de ruas largas, e o sistema de transporte público muitas vezes não atende a todos, a bicicleta é uma alternativa encontrada por muitas pessoas – explicou.

Augusto disse que as ciclovias vão reduzir o número de acidentes envolvendo ciclistas naquela cidade. Destacou que a bicicleta é utilizada em Boa Vista como instrumento de trabalho ou como única opção de transporte para milhares de estudantes, donas de casa e trabalhadores.

Em aparte, Sérgio Zambiasi

### Solução

Raupp acredita que tudo deverá ser ajustado com o governo e que, na próxima terça-feira, os pedidos de créditos poderão ser votados.

Segundo o senador, o representante do PSDB na CMO, deputado Narcio Rodrigues (MG), disse a ele que não haverá obstáculo desde que a coordenação política do governo ofereça um sinal firme de que os recursos serão liberados e que os procedimentos práticos sejam ao menos iniciados.

Antes, Narcio Rodrigues afirmou à Agência Senado que o saldo de recursos da Lei Kandir ainda se refere ao acordo para a aprovação do Orçamento de 2007. Foram liberados os R\$ 3,9 bilhões habitualmente previstos na lei orçamentária, mas ficou retida a parcela de R\$ 1,3 bilhão, que, como acertado, deveria ser transferida por conta de aumentos na arrecadação além da previsão.

Ele também se queixou do atraso na execução das emendas individuais.

– Isso nos deixa sem obrigações com o governo. Se for assim, que fique à vontade para convocar sua base e exercer a maioria para votar os créditos. Nós exerceremos o direito de veto – afirmou.



Augusto diz que vias para bicicleta vão reduzir número de acidentes na cidade

(PTB-RS) expressou seu apoio a projeto de lei de Paulo Paim (PT-RS) que propõe isenção de IPI para bicicletas. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) cumprimentou Augusto Botelho pela iniciativa de alocar verba para ciclovias em Boa Vista.

## João Pedro defende criação do Estado da Palestina

Ao defender, em discurso, a criação do Estado da Palestina, João Pedro (PT-AM) comentou a realização, pelo Congresso Nacional, de evento para marcar o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, celebrado em 29 de novembro. Participaram do ato, no Salão Nobre, deputados federais e senadores, o embaixador da Palestina e representantes diplomáticos de Qatar, Egito, Jordânia, Mauritânia, Síria, Líbia, Tunísia e Sudão e da Organização das Nações Unidas (ONU), que instituiu a data comemorativa.

O senador disse que, no evento, foi relatada a história do povo palestino e mencionada a violência que jovens e crianças sofrem nos conflitos mais agudos com Israel.

O parlamentar frisou que as armas sofisticadas de Israel têm "assassinado milhares de palestinos", como no bombardeio realizado na Faixa de Gaza em janeiro e fevereiro deste ano, que resultou na morte de 1.500 pessoas.

– Israel alegava que os foguetes do Hamas, foguetes caseiros, ameaçavam esse país, que é tão bem armado. No século 21, os países que lutam por democracia e pelos direitos humanos não podem se calar. Eu espero que a ONU acumule mais força para criar o Estado palestino – assinalou.

## Maciel lembra 170 anos da Associação Comercial de PE

Marco Maciel (DEM-PE) homenageou a Associação Comercial de Pernambuco (ACP) pelos seus 170 anos. Criada em 1839, disse o senador, a entidade tem papel de destaque na discussão dos grandes problemas da região Nordeste como um todo e do estado de Pernambuco em particular.

Ele frisou que a instituição foi sempre "um grande fórum político", discutindo temas variados, com ênfase no comércio nacional e internacional.

O senador, que participou da comemoração oficial dos 170 anos da ACP, no último dia 27 de novembro, leu o discurso do presidente da entidade, Celso Muniz de Araújo, proferido na ocasião.

## Virgílio aplaude escritor do Amazonas

Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentou na quarta-feira ao Plenário requerimento de voto de aplauso ao escritor Demosthenes Carminé, da Academia Amazonense de Letras, pela publicação do livro *Mário Coelho Amorim, um referencial administrativo do Amazonas*.

Trata-se de biografia de um administrador público "reconhecido e respeitado" do estado, segundo Arthur Virgílio.

## Cristovam pede afastamento de Arruda do governo do DF

Cristovam Buarque (PDT-DF) classificou as recentes denúncias contra autoridades do Executivo e do Legislativo do Distrito Federal como “espetáculo trágico da política”. Para ele, o governador José Roberto Arruda (DEM) deveria afastar-se do cargo.

– É um espetáculo trágico da política: pessoas recebendo dinheiro, rezando depois de terem recebido o dinheiro. Algo como se contaminasse toda a máquina de uma administração, deixando uma perplexidade geral e uma impotência muito grande em nós, que somos líderes deste Distrito Federal, e ficamos sem saber exatamente o que fazer – desabafou.

Cristovam salientou que estudantes estão ocupando a Câmara Legislativa e promovendo manifestações às portas da residência oficial do governador. Além disso, informou, vários partidos já abandonaram a base aliada do governo Arruda e pelo menos seis secretários foram exonerados ou pediram desligamento.

– A sensação que se tem é de que esse processo pode levar a uma acefalia completa da administração no Distrito Federal.

Entretanto, para o senador, o governo local vem administrando a cidade de forma satisfatória, do ponto de vista de obras,



Waldemir Borreto

Corrupção no Distrito Federal é “espetáculo trágico”, diz Cristovam

projetos e gerencial. A falta de secretários importantes como os de Saúde e de Educação, porém, preocupa a população e perturba a continuidade das atividades de gestão. Cristovam teme que a situação descambe para uma paralisação de obras, de pagamento de salários e de serviços essenciais à população.

– O que apareceu gerou uma crise de tais proporções que a melhor saída seria o seu afastamento. Eu deixo aqui esse apelo para que o governador Arruda entenda que o seu afastamento voluntário – não falei nem em renúncia – pode dar um tempo não só para que ele tenha mais tempo para se preocupar com a sua defesa, mas para que a máquina funcione e não paralise os projetos que ele iniciou – disse.

## Simon cobra explicações do PMDB sobre denúncias

Pedro Simon (PMDB-RS) pediu que o PMDB responda às acusações de que políticos do partido estão envolvidos nas denúncias de corrupção no governo do Distrito Federal. O senador pediu também que a sociedade “acorde” e vá às ruas para cobrar dos políticos e da Justiça explicações sobre o escândalo, “caso contrário, nada vai acontecer, pois os políticos contam com a impunidade”.

O caso veio à tona com a Operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal. Simon leu em Plenário carta endereçada à presidente em exercício da Executiva Nacional do PMDB, Iris de Araújo.

– Pela direção nacional, o PMDB precisa dar uma cabal satisfação à opinião pública, cada vez mais perplexa com o que ouve e vê em imagens e palavras eloquentes pelo conteúdo e despidoradas pelo que mostram – leu o senador, afirmando



Moreira Moritz

Simon pede que a sociedade vá às ruas e exija o fim da impunidade

que não basta aos políticos do PMDB citados nas gravações negarem as acusações.

Para Simon, as denúncias de corrupção no Distrito Federal são uma “espécie de gota d’água que transbordou e estão relacionadas à impunidade existente no Brasil, porque os corruptos contam com ela, já que “nenhum político jamais foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF)”.

Uma das principais propostas fixa em lei o compromisso voluntário do país de reduzir, até 2020, as emissões de gases de efeito estufa, entre 36,1% e 38,9%

## Senadores votaram 208 matérias em novembro

POLÍTICA NACIONAL DE Mudança do Clima; progressão da pena; cadastro nacional de crianças desaparecidas; dívida dos estados; emendas das comissões à Lei Orçamentária de 2010. Eis algumas das principais matérias aprovadas pelo Senado em novembro.

No total, foram votadas 208 proposições, entre medidas provisórias, projetos de lei, projetos de resolução, atos internacionais, operações de crédito, aprovações de chefes de missão diplomática e de outras autoridades, autorizações para rádios e TVs, requerimentos e pareceres. Os dados são da Secretaria-Geral da Mesa.

O Plenário aprovou o projeto (PLC 283/09) que cria a Política Nacional sobre Mudança do Clima às vésperas da conferência das Nações Unidas que reunirá chefes de estado em Copenhague, na próxima semana, para discutir o assunto.

A proposta fixa em lei o compromisso voluntário do Brasil de reduzir, até 2020, as emissões projetadas de gases de efeito estufa, dentro do limite que vai de 36,1% a 38,9%, com base nas taxas do relatório de emissão até 2005. De autoria do deputado Sarney Filho (PV-MA), o projeto voltou à Câmara.

A mesma preocupação levou os senadores a aprovarem a proposta de participação do país na quarta recomposição de recursos do Fundo para o Meio Ambiente Global, instituição financeira que apoia projetos de conservação do meio ambiente.

### PRINCIPAIS PROPOSTAS APROVADAS PELOS SENADORES

- **PLC 283/09** – Deputado Sarney Filho (PV-MA) – Cria a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Fixa em lei o compromisso voluntário do Brasil de reduzir, até 2020, as emissões projetadas de gases de efeito estufa, dentro do limite que vai de 36,1% a 38,9%, com base nas taxas do relatório de emissão até 2005. Voltou à Câmara.
- **PDS 866/09** – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) – Aprova a proposta de participação do Brasil na quarta recomposição de recursos do Fundo para o Meio Ambiente Global (Global Environment Facility), instituição financeira internacional que apoia projetos de conservação do meio ambiente. Foi à promulgação.
- **PRS 73/09** – Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) – Introduz um critério alternativo para o cálculo do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada dos estados. Foi à promulgação.
- **MP 468/09** – Executivo – Transfere depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais para a Caixa Econômica Federal. Foi à sanção.
- **PLS 189/09** – Senador Gim Argello (PTB-DF) – Fixa prazo de 15 dias, contados a partir do recebimento da solicitação pelo fornecedor, para que seja feita devolução de valores debitados no caso de cobranças impróprias. Vai à Câmara.
- **PLS 117/07** – Senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) – Permite que beneficiário de financiamento habitacional de interesse social, com renda de até um salário mínimo *per capita*, seja liberado da apresentação de “ficha limpa” em instituições de proteção ao crédito. Vai à Câmara.
- **PLS 182/05** – Cristovam Buarque (PDT-DF) – Permite que preferitos que deixarem de aplicar os recursos destinados à aquisição da
- merenda escolar ou usarem indevidamente os valores possam responder por crime de responsabilidade, caso em que ficam sujeitos a perder o cargo e ficar inelegíveis, além do risco de pena de prisão. Vai à Câmara.
- **PLS 122/08** – Marconi Perillo (PSDB-GO) – Determina que devem passar a constar obrigatoriamente dos editais de concurso público o quantitativo de vagas a serem preenchidas no prazo de validade do concurso e o cronograma detalhado das nomeações. Vai à Câmara.
- **PLS 30/08 e outros (substitutivo)** – Vários autores – Dificulta a redução de pena para presos por crime comum. Determina que elevação do prazo para progressão abrangerá apenas presos por crimes comuns, passando dos atuais um sexto (16,6%) da pena para um terço (33,3%). Vai à Câmara.
- **PLS 63/03** – Paulo Paim (PT-RS) – Cria a Comissão Nacional de Avaliação do Material Didático. Vai à Câmara.
- **PLC 60/09** – Dep. Bel Mesquita (PMDB-PA) – Regulamenta o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. Vai à sanção.
- **PLS 668/07** – Marisa Serrano (PSDB-MS) – Aumenta o período de percepção do seguro desemprego em dois meses para trabalhadores desempregados que tenham sob sua responsabilidade pessoa com deficiência. Vai à Câmara.
- **PLS 227/08** – Patrícia Saboya (PDT-CE) – Define práticas para priorizar o atendimento médico de crianças e adolescentes no âmbito do Serviço Único de Saúde (SUS). Vai à Câmara.
- **PLC 199/09** – Supremo Tribunal Federal (STF) – Cria o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas. O órgão deve funcionar no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Vai à sanção.

## Após gastroenterite, Sarney tira licença de dez dias do Senado

O presidente do Senado, José Sarney, só retomará suas atividades no Senado daqui a uma semana, em razão de recomendação dos médicos que o atenderam no Hospital Sírio-Libanês. Ele viajou ontem para São Luís, onde ficará em repouso.

Na semana passada, Sarney teve um mal-estar, diagnosticado como gastroenterite (inflamação no estômago e nos intestinos), quando recebia Jia Qinglin, presidente da Conferência Consultiva Política

do Povo Chinês. O presidente do Senado foi levado ao posto médico de emergência e, em seguida, ao serviço médico do Senado, onde fez exames que confirmaram o diagnóstico.

Em consequência, Sarney, que tem 79 anos, antecipou os exames que faz anualmente no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo. Segundo boletim médico divulgado pelo hospital, os resultados dos exames foram satisfatórios, mas Sarney recebeu a recomendação para que



Jane Araújo

Sarney deve retomar os trabalhos na Casa na próxima sexta-feira

descansasse durante dez dias. A licença começou a contar no dia 1º e vai até a próxima quinta.

## Malta critica enquête sobre projeto que pune homofobia

Magno Malta (PR-ES) criticou enquête que ficou no ar no site da Agência Senado, em novembro, sobre o PLC 122/06, que visa punir a homofobia. Segundo Malta, a enquête teria saído do ar no último fim de semana, sendo novamente disponibilizada com números diferentes.

Malta também criticou a pergunta usada na enquête: “Você é a favor do PLC 122/06,

que torna crime o preconceito contra homossexuais?”. Segundo o senador, a pergunta induzia à opção “sim”.

O resultado da enquête saiu terça-feira. Dos 465.326 votantes, 51,54% se declararam contra o projeto e 48,46%, a favor. As enquetes da Agência são feitas em parceria com a Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública (Sepop) do Senado.



Moreira Moritz

Malta afirma que pesquisa saiu do ar e voltou com números diferentes

## Senador quer saber por que preços são altos em aeroportos

Magno Malta (PR-ES) classificou de abusivos os preços praticados por restaurantes e lanchonetes nos aeroportos brasileiros. Ele quer saber quem autoriza a prática de preços tão altos. Também prometeu a criação da Frente em Defesa dos Usuários de Aeroportos e Rodoviárias.

O senador indagou qual seria a razão de um refrigerante

ou um salgado custarem R\$ 5 nesses estabelecimentos e disse que vai convocar os responsáveis a darem explicações nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Direitos Humanos (CDH) e de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA). Magno Malta acrescentou que pedirá uma investigação ao Ministério Público Federal sobre o assunto.

Os 45 anos do Serviço Federal de Processamento de Dados, maior empresa de tecnologia da informação da América Latina, motivaram sessão especial do Plenário

## Senadores destacam papel do Serpro na inclusão digital

O SENADO REALIZOU ontem sessão especial em homenagem aos 45 anos do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). Maior empresa de tecnologia de informação da América Latina, presente em todas as capitais brasileiras, o Serpro reúne um corpo técnico com cerca de 10 mil funcionários.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) foi autora do requerimento da sessão. Como não pôde comparecer à solenidade, foi representada por Fátima Cleide (PT-RO), que apontou o Serpro como "uma das principais empresas fomentadoras da política de implantação do software livre (programa de computador que pode ser usado, copiado e modificado sem nenhuma restrição), importante para a independência tecnológica e para a soberania nacional". Segundo acrescentou, a atuação da empresa no campo da inclusão digital busca viabilizar o uso e a apropriação de novas tecnologias por comunidades carentes.

Essa missão social vem sendo concretizada pelo Serpro, ressaltou Fátima Cleide, com a montagem de telecentros comunitários, espaços de uso público organizados com a doação de microcomputadores por entidades públicas e da sociedade civil. Entre os serviços oferecidos



Rodrigo Assumpção (E), da Dataprev, Mazoni, do Serpro, e senadoras Serys e Fátima Cleide

à população, estão acesso à internet, cursos de informática e de educação a distância, reforço escolar e estímulo à produção audiovisual comunitária. A parlamentar informou que, no momento, existem 321 telecentros instalados no Brasil e nove no exterior.

### Contribuições

Serys Silhessarenko (PT-MT) destacou a contribuição do Serpro para a modernização e a melhoria da qualidade da administração pública brasileira. Como exemplo de serviços tecnológicos de ponta, que trouxeram facilidades à vida do cidadão, citou o programa Receitanet (para envio da declaração anual do Imposto de Renda); os sistemas de emissão dos novos modelos de passaporte e da carteira nacional de habilitação; e o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), ferramenta fundamental para fiscalização do gasto público.

A preocupação do Serpro de investir na capacitação de seu

corpo técnico e na renovação de seu parque tecnológico também foi enaltecida pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), autor de substitutivo ao projeto (PLC 89/03) que tipifica os crimes cometidos na internet e em outras redes.

Ele destacou a criação, em 2003, da Universidade Corporativa do Serpro (UniSerpro), direcionada ao aperfeiçoamento de mão de obra, a custos mais reduzidos. Já a aquisição de novos equipamentos, acrescentou o parlamentar, deverá possibilitar melhoria de desempenho e economia de tempo no processamento dos cerca de 2 mil serviços prestados atualmente pela empresa.

O presidente do Serpro, Marcos Vinício Ferreira Mazoni, comemorou a nova fase vivida pela empresa, voltada a disponibilizar o uso da tecnologia da informação para promover a inclusão digital. Essa seria uma contribuição direta da empresa para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro.

## Senado recebe três escoteiros premiados com visita à Antártica

A experiência de três escoteiros brasileiros que visitaram a Antártica – escolhidos entre 172 grupos de escoteiros de 18 estados que desenvolveram projetos de preservação ambiental em 2009 – foi apresentada por eles aos senadores da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A viagem-prêmio foi oferecida a partir de parceria entre a União Parlamentar Escoteira do Brasil (Upeb), a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Cecirm) e a União dos Escoteiros do Brasil (UEB).

A visita à Antártica, informou o presidente da CE, Flávio Arns (PSDB-PR), foi realizada em agosto. A audiência, justificou o senador, teve a finalidade de divulgar o trabalho feito pelos escoteiros e, assim, incentivar a realização de projetos semelhantes por outros grupos de escoteiros e pela sociedade.

Um dos premiados com a viagem, Daniel Lucas Rodrigues, de 19 anos, de Americana (SP), explicou que seu grupo distribuiu cem mudas de árvores, recebidas da prefeitura, para que as pessoas plantassem em seus quintais.

Outro projeto vencedor foi o do escoteiro de Florianópolis Gabriel Renaldo de Souza, de 20 anos, que mostrou a importância da reciclagem de pilhas e baterias. Uma pilha, informou, pode contaminar 400 mil litros de água, além do solo, e, na hipótese de entrarem em contato com o lençol freático, elementos tóxicos podem contaminar a cadeia alimentar, causando doenças graves, como o câncer, aos humanos. Já o projeto de Pâmela Carvalho da Silva, de Sapucaia do Sul (RS), também com 20 anos, visou ao plantio de 40 mudas de plantas nativas da Mata Atlântica em área já degradada e à

recuperação da mata ciliar num curso d'água da cidade. Ao contar sua experiência na Antártica, Pâmela ressaltou a competência e organização dos profissionais envolvidos no Programa Antártico Brasileiro (ProAntar).

Os projetos premiados estão ligados ao Mutirão Nacional de Ação Ecológica (MutEco), coordenado por Paulo Eugênio de Oliveira, presente à audiência.

### ProAntar

Cristovam Buarque (PDT-DF), que é presidente da Frente

Parlamentar Pró-Antártica, sugeriu a realização de concurso semelhante entre as escolas de nível médio, para que estudantes brasileiros visitem a base brasileira no continente. O senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT),

que esteve na Antártica na semana passada, juntamente com Sadi Cassol (PT-TO) e Jefferson Praia (PDT-AM), defendeu a preservação ambiental pela união da tecnologia já conquistada e o conhecimento científico.

O sub-secretário do ProAntar, capitão-de-mar José Robson de Medeiros, explicou que o programa é uma ação de Estado e não de governo, e realiza pesquisas dentro de um tratado internacional assinado em 1959.

O presidente da UEB, Rubem Perlingeiro, informou que o movimento escoteiro foi trazido para o país, em 1909, pela Marinha brasileira. "Apesar de o escotismo não ter sido muito valorizado", disse Romeu Tuma (PTB-SP), trata-se de um movimento que forma cidadãos.

Arns comunicou que a audiência foi acompanhada por alunos do Centro Educacional do Lago Sul, de Brasília – os primeiros a visitar o Senado dentro do Programa Jovem Cidadão.

**Jovens falaram à Comissão de Educação sobre seus projetos de proteção ambiental**

## Osvaldo cobra solução para termelétrica de Cuiabá

A Usina Termelétrica Governador Mário Covas, em Cuiabá, está prestes a ser desativada pelo fato de ter expirado em outubro o contrato para o transporte de gás a partir da Bolívia. Além disso, a termelétrica amargou, nos últimos dois anos, prejuízo de cerca de US\$ 50 milhões. Após relatar a questão, em discurso, o senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) conclamou o governo federal e a classe política mato-grossense a buscarem uma solução para o problema.

Osvaldo Sobrinho antecipou suas sugestões de medidas que poderão ser adotadas. Ele pro-



Osvaldo Sobrinho: "Caso seja fechada, usina poderá se transformar em sucata"

pôs ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que determine ao Itamaraty gestões diplomáticas junto ao governo boliviano, já

que a decisão de corte no fornecimento de gás teria partido daquele país. Outra sugestão é no sentido de que a Petrobras destine para Mato Grosso parte do gás que importa da Bolívia para a região Sudeste.

O senador advertiu que, se vier a ser fechada, a usina poderá se transformar em sucata, o Centro-Oeste perderá 600 megawatts de energia, haverá retração econômica no estado e todo o investimento feito em infraestrutura para viabilizar a vinda do gás boliviano terá sido jogado fora. "Será mais um patrimônio nacional destruído", frisou.



Perlingeiro, Pâmela, Medeiros, Arns, Gabriel, Daniel Lucas e Paulo Eugênio (D)

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Silhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por João Durval • Mão Santa • Osvaldo Sobrinho • Serys Silhessarenko

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozebom e Moisés Oliveira  
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria  
Diagramação: Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Obra transformará o comércio varejista da capital, afirma Cassol

## Cassol: Palmas terá novo shopping em março de 2010

Sadi Cassol (PT-TO) anunciou que está prevista para março de 2010 a inauguração do Capim Dourado Shopping, que deve se tornar o principal centro de compras de Palmas, capital do Tocantins. As chaves das 130 lojas do empreendimento do Grupo Skipton, que investiu R\$ 100 milhões no shopping, foram entregues no dia 28 de novembro, segundo o parlamentar.

– A entrega do Capim Dourado Shopping produzirá uma verdadeira transformação no comércio varejista da capital, que passará a contar com um moderno centro de compras para o qual estão sendo atraídas as melhores marcas do país – afirmou Cassol, ao elogiar a iniciativa do empresário Carlos Henrique Franco Amastha, diretor-presidente do Grupo Skipton.

O senador salientou que o apoio do governo federal tem sido também decisivo para que o seu estado e o município de Palmas possam “organizar a sua infraestrutura básica e criar um ambiente propício para o seu crescimento econômico”.

Ressaltou, entretanto, que só os investimentos públicos não são suficientes para alavancar a economia brasileira.

## Produtos da Casa da Moeda são expostos no Senado

O Senado Federal sedia, até o dia 12, a exposição *Casa da Moeda do Brasil*. A mostra apresenta réplicas de cédulas, moedas, medalhas, passaportes, selos, certificados, cartões magnéticos e carteiras funcionais confeccionados pela instituição.

Painéis informativos explicam os procedimentos usados no processo de fabricação desses produtos e detalham mecanismos de segurança adotados pela Casa da Moeda, reconhecidos internacionalmente pela credibilidade. É o caso da tinta luminescente, usada em certificados de naturalização provisória.

Um breve histórico dos mais de 315 anos de atividade da Casa da Moeda e dos principais produtos já elaborados – alguns exportados – também é apresentado na exposição.

A mostra pode ser visitada de segunda a sexta-feira, durante o horário de funcionamento do Congresso, na Galeria Senado, localizada no térreo do Anexo I (torre norte do Congresso).

Senadora lamenta expressões, como “vigaristas” e “escravocratas”, utilizadas por ministros para se referirem aos produtores, que respondem por um terço da economia

# Kátia Abreu defende classe dos produtores rurais

A SENADORA KÁTIA Abreu (DEM-TO) manifestou em Plenário veemente indignação contra o que considerou referências ofensivas feitas por ministros do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à classe de produtores rurais brasileira. Ela criticou especialmente o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, por dizer que, sem o programa Bolsa Família, os trabalhadores rurais brasileiros estariam à mercê do trabalho escravo no campo.

Kátia Abreu acusou ainda o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, de demonstrarem preconceito ao tacharem os produtores rurais de “vigaristas” e “escravocratas”,



Para senadora, três ministros revelam preconceito com suas declarações

respectivamente.

– Se eles não têm compaixão, não têm admiração, não têm reconhecimento, não tem importância. Nós significamos um terço do produto interno bruto, um terço do emprego, um terço das exportações e um terço da

economia deste país. Em um ano, três ministros de Estado nos tachando de vigaristas, senhores feudais e escravocratas? Não é mais possível permitir que isso aconteça – protestou.

Referindo-se a programas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) em benefício de trabalhadores rurais, Kátia Abreu convidou o ministro Patrus Ananias para realizar uma visita à sede da CNA, a fim de conhecer melhor as atividades desenvolvidas pela entidade, da qual é a atual presidente.

Em apartes, os senadores Magno Malta (PR-ES), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Cristovam Buarque (PDT-DF), Flávio Arns (PSDB-PR), Mão Santa (PSC-PI) e Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiaram o pronunciamento de Kátia Abreu.

## Mozarildo questiona aluguel de estaleiro pela Petrobras

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse ontem que irá pedir informações sobre o arrendamento do estaleiro da Ishibrás pela Petrobras, no valor de R\$ 4,3 milhões ao mês, durante 25 anos. O parlamentar citou matéria publicada pelo jornal *Valor Econômico* em 19 de outubro.

De acordo com a reportagem, a área do estaleiro pertence à Companhia Brasileira de Diques (CBD). A CBD é controlada por uma sociedade de propósito específico que tem como sócios a Inepar Administração e Participações (IAP), holding que controla a Inepar Indústria e Construções; e a Fator Empreendimentos, ligada, segundo o senador, ao Banco Fator.

O parlamentar afirmou que os valores do contrato são considerados exorbitantes e perguntou qual a finalidade do arrendamento, uma vez que a Petrobras não é construtora de navios. Disse que o estaleiro estava alugado por um valor próximo a R\$ 1 milhão por mês, quatro vezes menos que a quantia anunciada para o contrato com a estatal.

– Por que a Petrobras vai pagar valor muito superior por essas mesmas instalações? – indagou o senador, enfatizando a gravidade das denúncias.

### Corrupção

No mesmo pronunciamento, Mozarildo conclamou as pessoas sérias e honestas a terem uma atuação política mais forte.

– É preciso que pessoas sérias entrem para a política, para afastar da política essas pessoas sujas – afirmou o parlamentar, acrescentando que as pessoas sérias não precisam necessariamente se candidatar, mas trabalhar para esclarecer o eleitor, para que esse não vote em corruptos, em quem compra voto, em quem tem a ficha suja.

Mozarildo citou a si próprio como exemplo. Tendo exercido dois mandatos de deputado federal e estando no segundo mandato de senador, não tem nenhum processo de improbidade.

Antes de abraçar a carreira política, o senador atuou 14 anos como médico. Ele anunciou que comparecerá aos festejos dos



Mozarildo também pediu que pessoas de bem “entrem para a política”

40 anos de formatura de sua turma, neste final de semana, em Belém.

Em seu discurso, Mozarildo ainda criticou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter dito que encaminha ao Congresso Nacional projetos de reforma eleitoral, mas o Legislativo não os aprova. Segundo o parlamentar, Lula já demonstrou ter forças para aprovar propostas, como a reforma da Previdência Social, “que inclusive prejudicava aposentados”. Ele classificou a afirmação do presidente como “uma hipocrisia imensa”.

– Ele não quer reforma política nenhuma, porque este modelo que está aí é ótimo para ele. O presidente mantém a maioria na Câmara dos Deputados barganhando com liberação de emendas – afirmou Mozarildo.

## Mão Santa: governo faz propaganda enganosa

Mão Santa (PSC-PI) disse que “o país não vai bem”, ao contrário do que o governo quer fazer crer. Ao apontar o aumento da violência e as deficiências nas áreas de educação e saúde, ele criticou o que classificou como propaganda enganosa por parte do governo.

– Temos que denunciar as mentiras do governo – afirmou o senador, ressaltando que o crescimento da violência está levando a sociedade à beira da barbárie, que só quem tem dinheiro tem acesso à saúde e que a educação piorou.



Mão Santa diz que o país não vai bem na saúde, na educação e na segurança

O senador disse que hoje é mais difícil esconder a verdade, em razão do advento de novas

ferramentas de comunicação, como a internet, as rádios comunitárias e os “pequenos jornais especializados”.

Em seu discurso, Mão Santa mais uma vez criticou a administração do PT no Piauí, lembrando que os médicos da rede estadual de saúde encontram-se em greve em defesa de melhores condições de trabalho.

– No Piauí, não temos vulcão nem terremoto, mas o governo do PT está lá. O governo do PT paga a um médico R\$ 1.010. O país não vai bem – concluiu Mão Santa.



Gilberto Goellner é autor do requerimento para a audiência

## CRA debaterá na terça propriedades do aloe vera

Por sugestão do senador Gilberto Goellner (DEM-MT), a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizará audiência pública na terça-feira para discutir os critérios adotados para registro e regulamentação do uso de aloe vera – também conhecido como babosa – e para conhecer “as reais propriedades do produto para sua classificação”.

Devem participar do debate representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Conselho Internacional da Ciência do Aloe (Iasc, sigla em inglês).

Na justificativa da proposta, Goellner afirma que a ausência de manifestação dos órgãos públicos a respeito do aloe vera cria insegurança para a indústria e mitos para a população. “O que se tem presenciado é a comercialização de um produto ‘marginal’ sem fiscalização e sem o controle do Estado”, alertou.

A audiência, segundo o senador, servirá para um maior conhecimento sobre o produto, suas indicações e utilização, para o mapeamento “do panorama técnico sobre o assunto” e também para a obtenção de dados consistentes que subsidiem iniciativas legislativas destinadas a regularizar o uso, a produção e a comercialização da babosa.

### Crença

No requerimento para o debate, Goellner afirma também que Bill Coats, do Iasc, que é especialista no assunto, estaria disposto a vir ao Brasil para a audiência.

O senador lembra que há uma grande crença popular sobre as qualidades nutricionais e os resultados positivos do vegetal para a saúde humana. Afirma que a babosa é usada no Brasil tanto sob a forma de produtos industrializados quanto de preparações domésticas ou caseiras. E registra que a literatura sobre o assunto é proveniente, em grande parte, de fontes não científicas.

“Os graus de cautela e segurança no uso doméstico, na produção, na industrialização e na comercialização são por demais heterogêneos, causando insegurança na população e descrença em quem trabalha com seriedade na produção de produtos em larga escala.”

Especialistas afirmam, em debate na Comissão de Infraestrutura, que blecaute ocorrido no dia 10 de novembro resultou da associação de descargas elétricas e intensas chuvas



Na audiência, Albert Cordeiro, Djalma Falcão, Cesar Ribeiro, Fernando Collor, Eliseu Resende, Gilberto Câmara e Cyro Boccuzzi

## “Fenômenos climáticos foram a causa do apagão”

ESPECIALISTAS EM DIFERENTES ramos da área de energia elétrica concluíram, durante audiência pública, que o apagão ocorrido no dia 10 de novembro foi resultado da associação de descargas elétricas e de intensas chuvas que atingiram a usina de Itaipu, entre as cidades de Ivaiporã (PR) e Itaberá (SP).

Os fenômenos climáticos provocaram curtos-circuitos simultâneos em várias outras regiões, causando blecaute em 17 estados e no Distrito Federal.

A audiência foi a segunda promovida pelas comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE) para discutir as causas do apagão. O debate também teve como objetivo analisar a situação do sistema elétrico brasileiro, o processo de fiscalização das atividades e as perspectivas de investimentos no setor.

O diretor de Operação do Sistema e Comercialização de Energia das Centrais Elétricas de Furnas, Cesar Ribeiro Zani, disse não haver dúvida de que o blecaute foi causado por descargas atmosféricas e fortes chuvas, que reduziram a capacidade de atuação dos isoladores de Itaipu.

A mesma constatação foi feita pelo diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Gilberto Câmara. Ele explicou que o Inpe não detectou raios de grande intensidade para justificar, isoladamente, o apagão. No entanto, observou, esses raios, associados às fortes chuvas, podem ter sido a causa dos curtos-circuitos.

O professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro

(UFRJ) Djalma Mosqueira Falcão ressaltou que blecautes são inevitáveis e têm ocorrido, no Brasil, a cada cinco anos, em média.

### Deficiências

Na opinião do consultor e diretor da Expertise Consultoria e Ordenamento em Energia Eficiente (ECOee), Cyro Vicente Boccuzzi, as tecnologias existentes atualmente têm se mostrado insuficientes para atender às necessidades da sociedade moderna, que atingiu, segundo explicou, um grau de dependência do serviço elétrico “absolutamente incompatível com a tecnologia atual”.

– Não temos ainda sistemas que atendam a essas necessidades, mas os teremos em dois ou três anos – afirmou, ao explicar o que vem sendo feito já em vários países em termos de investimentos no setor elétrico.

Já o diretor-geral do Centro de Pesquisa de Energia Elétrica (Cepel), Albert Cordeiro, considerou excelente o fato de o Brasil dispor de um sistema elétrico interligado, pois permite que falhas possam ser corrigidas sem causar grandes prejuízos. Ele destacou que não existe nenhum sistema no mundo totalmente seguro, mas, graças às tecnologias atualmente disponíveis, a maioria das falhas não é percebida.

Albert Cordeiro observou ainda que alguns isoladores de Itaipu já estão em operação há mais de 20 anos e apresentam trincas, porém garantiu que eles não foram responsáveis pelo blecaute. Afirmou, no entanto, que chuvas intensas, como as ocorridas no dia 10

de novembro, podem reduzir a capacidade de isoladores de hidrelétricas.

### Investimentos

Na opinião do senador Eliseu Resende (DEM-MG), é preciso investir em recursos tecnológicos para que o sistema elétrico brasileiro, que é interligado, seja mais seguro no futuro, a ponto de evitar blecautes em cascata, como o de novembro.

– Estamos sujeitos a ter novos eventos como esse – explicou Eliseu Resende, que já foi presidente de Furnas e da Eletrobrás.

Para Roberto Cavalcanti (PRB-PB), com a explicação dos especialistas, ficou claro que o apagão foi motivado pela conjunção de raios e chuvas. Ele observou que as avaliações que estão sendo feitas sobre o episódio, por vários órgãos técnicos, servirão para melhorar o sistema elétrico brasileiro.

Delcídio Amaral (PT-MS) afirmou que é preciso esclarecer a diferença entre blecaute e racionamento de energia.

– Blecaute é o que ocorreu em novembro e racionamento é muito mais grave, pois ocorre devido à falta de capacidade de atender à demanda da sociedade – explicou o senador.

A audiência pública foi dirigida pelo presidente e pelo vice-presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, senadores Fernando Collor (PTB-AL) e Eliseu Resende, respectivamente. Também participaram dos debates Valdir Raupp (PMDB-RO), Paulo Duque (PMDB-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Osvaldo Sobrinho (PTB-MT).

## Garibaldi aponta entraves que atrasam as obras do PAC

Os entraves burocráticos, a falta de coesão entre órgãos governamentais, a ineficiência das empresas públicas envolvidas e a instabilidade regulatória são alguns dos obstáculos que impedem um melhor andamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além de elencar esses entraves, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) acrescentou que as dificuldades de licenciamento ambiental também interferem no bom andamento do programa.

O senador informou que, passados dois anos e nove meses desde o lançamento do PAC, o acompanhamento da execução do programa apresenta números conflitantes. Enquanto o balanço oficial referente a agosto passado aponta que 22% das obras foram concluídas, análise do site Contas Abertas baseada em relatórios estaduais apresentados pelo comitê gestor do PAC indica que apenas 7% do total dos 11.900 projetos a serem realizados foram concluídos.

A diferença é que o governo federal exclui de suas contas as obras com saneamento e habitação.

– Não há dúvida de que há muito o que comemorar em matéria de realizações do PAC. Mas muito mais já poderia ter sido feito. E a lentidão que afeta o programa em nível nacional, bem como alguma controvérsia sobre o quanto já foi efetivamente realizado, se repete no nosso estado do Rio Grande



Problemas de gestão e licenciamento ambiental são citados pelo senador

do Norte – afirmou Garibaldi Alves.

Segundo o senador, o PAC prevê para o estado R\$ 15,1 bilhões, sendo R\$ 12,2 bilhões até 2010. Entre as principais obras no Rio Grande do Norte, estão a construção de um aeroporto em São Gonçalo do Amarante, a implantação de um projeto de irrigação em Santa Cruz do Apodi, o eixo norte da transposição do rio São Francisco, a ampliação do terminal salineiro de Areia Branca, a dragagem e o aprofundamento do Porto de Natal e a duplicação da BR-101.

Garibaldi Alves disse que ao analisar o balanço feito pelo governo, referente ao estado, identificou seis ações concluídas, de um total de 243. Listou como finalizados o terminal salineiro de Areia Branca, a duplicação da BR-101, a urbanização do bairro de Nossa Senhora da Apresentação, em Natal, a termelétrica do vale do Açú e o trecho do gasoduto da Malha Nordeste.

## João Durval critica “pressa” das autoridades em justificar apagão

A pressa das autoridades responsáveis em “apresentar justificativas imediatas para o apagão” que deixou 18 estados sem fornecimento de energia elétrica no dia 10 de novembro foi criticada por João Durval (PDT-BA).

Segundo o senador, esse “afã prejudica o mais importante, ou seja, o aperfeiçoamento dos pontos frágeis do sistema, única providência que tornará menos prováveis outros incidentes da mesma natureza, no futuro”.

Para Durval, o sistema interligado brasileiro é “uma preciosa ferramenta de competitividade econômica e de promoção do bem-estar social” e é o “pilar da bem sucedida estrutura de distribuição de energia elétrica do país”. As autoridades, segundo o senador, deveriam se preocupar mais em dar atenção ao zelo na precisão da informação que



João Durval elogia o sistema integrado de distribuição de energia brasileiro

dão ao público, com um levantamento rigoroso e técnico das causas dos incidentes, do que em minimizar possíveis efeitos políticos dos apagões.

– Qualquer outro tipo de condução do problema produz apenas confusão e dificulta ou impede que as melhorias cabíveis sejam efetivamente apontadas ao sistema – disse.

## César Borges defende modernização do Porto de Salvador

César Borges (PR-BA) chamou a atenção ontem para a necessidade urgente de ampliação e modernização do Porto de Salvador. Informando ter participado de reunião na sede da Associação Comercial da cidade para tratar dos problemas de infraestrutura da Bahia, o senador disse ser consensual entre o empresariado baiano

a importância do porto para o desenvolvimento da economia da Bahia. A reunião contou com a presença do secretário executivo do Ministério dos Transportes, Paulo Sergio Oliveira Passos.

Segundo César Borges, sem a realização de obras de dragagem visando ao aprofundamento do calado para 15 metros,

sem medidas de escoramento do atual píer, e, sobretudo, sem a construção de mais dois berços de contêineres, o Porto de Salvador não terá condições de atender à forte demanda por transportes marítimos.

– Não podemos aceitar que a Bahia perca carga para outros estados, pois temos uma condição excelente no porto na Baía

de Todos os Santos. Bastam apenas medidas necessárias e suficientes para a ampliação desse porto. Acho que é hora de unir toda a Bahia politicamente – disse.

César Borges elogiou o Ministério dos Transportes pelo programa de recuperação de rodovias em andamento no estado.



César Borges pede união política para viabilizar obras no porto